



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 040/2016/TJPA
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 062/2016/TJPA

Aos quinze dias do mês de dezembro de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº. 3089, bairro do Souza, cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.567.897/0001-90, doravante denominado TJPA, por seu Secretário de Administração, **ANÍBAL CORREA PINHEIRO**, brasileiro, servidor público, portador da carteira de identidade nº. 1562404 PC/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 391.715.662-87, designada pela Portaria nº. 470/2015-GP, publicada no Diário de Justiça de 03 de fevereiro de 2015, residente e domiciliado nesta cidade de Belém, nos termos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; do Decreto Estadual nº. 876, de 29 de outubro de 2013; da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1993 (Código de Defesa do Consumidor); e pelas demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº. 062/TJPA/2016 (processo nº PA-PRO-2016/04278), para o Registro de Preços nº 040/TJPA/2016, conforme homologação da Secretaria de Administração deste Egrégio Tribunal, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará em 14 de dezembro de 2016, registram-se os preços oferecidos pela empresa **LEANDRO DA CRUZ ESTUMANO - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.498.235/0001-05, com sede na cidade de Ananindeua, Estado do Pará, à Travessa Dois de Março, nº 96, Conjunto Joécio Barbalho, bairro Águas Brancas, Cep.: 67.033-340, fone: (91) 98061-3977, e-mail: lecomercioeservicos@hotmail.com, doravante denominada EMPRESA, neste ato representada por **LEANDRO DA CRUZ ESTUMANO**, portador do RG nº 4965363 PCCIVIL/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 858.417.142-87, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar do certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O objeto da presente ata é Registro de preços para eventual aquisição de uniformes, por empresa especializada, para atender as demandas de diversas unidades deste Tribunal de Justiça, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS – Esta ata de registro de preços é documento vinculativo obrigacional e seu prazo de validade não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, com início em 15 de dezembro de 2016 e término em 15 de dezembro de 2017, com eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Durante o prazo de validade desta ata, o TJPA não estará obrigado a adquirir o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à EMPRESA, sendo-lhe, entretanto, assegurada a preferência de contratação em igualdade de condições.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A partir da assinatura da presente ata, a EMPRESA assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, aos pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas neste instrumento e no termo de referência, ficando sujeita, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A retirada da nota de empenho será a caracterização do compromisso de entregar os bens/materiais-objetos da presente ata.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS – Os preços ofertados pela EMPRESA constam de sua proposta, parte integrante desta ata.

Item	Descrição	Qtd.	VI.Unitário R\$	VL Total R\$
01	Conjunto masculino de terno com três botões e calça com bolso, fabricado em tecido microfibra de seda, nas cores azul marinho, preta e/ou cinza.	05 un.	350,00	1.750,00
02	Camisa social masculina, em tecido microfibra de seda, com manga longa, bolso bordado com o brasão do TJPA e Texto, nas cores azul claro, branca e/ou cáqui.	50 un.	115,00	5.750,00
03	Calça social masculina em Oxford, com bolsos na costa e na frente, nas cores preta e/ou azul marinho.	25 un.	110,00	2.750,00
04	Camisa social feminina em tecido microfibra de seda, com manga longa e/ou $\frac{3}{4}$, com bolso bordado com o brasão do TJPA e Texto. Cor a definir.	20 un.	110,00	2.200,00
05	Calça social feminina em Oxford com elastano, com bolsos na costa e na frente, nas cores preta e/ou azul marinho.	10 un.	100,00	1.000,00
06	Conjunto social feminino, composto de blazer manga longa em microfibra de seda, calça e/ou saia social em Oxford com elastano, bolsos, duas camisas sociais com manga longa em microfibra de seda, bolso bordado com o brasão do TJPA e Texto. Cor a definir.	05 un.	260,00	1.300,00
07	Conjunto social masculino, composto de blazer manga longa em microfibra de seda, calça social em Oxford, com bolsos, duas camisas sociais com manga longa em microfibra de seda, bolso bordado com o brasão do TJPA e Texto. Cor a definir.	05 un.	300,00	1.500,00
08	Jaqueta sem manga em terbrim, na cor preta e/ou azul marinho, com impressão em serigrafia/policromia, na frente e na costa, duas listras nos ombros, com bolsos, fechamento com zíper, na parte da frente.	200 un.	100,00	20.000,00
09	Jaleco ou bata em tecido microfibra leve, manga longa e/ou $\frac{3}{4}$, com dois bolsos situados às laterais, um bolso à altura do peito, bordado com o nome do servidor e o brasão do TJPA. Cor a definir.	05 un.	R\$ 55,00	R\$ 275,00
10	Veste talar tipo Pelerine, gola estilo padre com torçal nas cores branca, azul e/ou vermelho, fechamento com botão de pressão, comprimento na altura da cintura, em cetim de seda, em formato	25 un.	120,00	3.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

	godê, na cor preta.			
11	Veste talar tipo Pelerine, gola redonda com torçal nas cores branca, azul e/ou vermelho, com manga ¾ e capa sobreposta em formato godê, na altura da cintura, sem fechamento, em tecido oxford, na cor preta, com brasão do TJPA e Texto bordado na altura do peito.	25 un.	240,00	6.000,00
12	Toga confeccionada em cetim italiano ou similar, na cor preta, com manga longa e manga curta sobreposta, pala com cordão e pingente.	05 un.	300,00	1.500,00
13	Camisa polo com manga curta, em malha Piquet, nas cores preta e/ou cáqui, com o brasão do TJPA bordado na altura do peito.	30 un.	35,00	1.050,00
14	Camisa em malha de algodão fio 30.1, com gola careca com acabamento em ribana 30.1, manga curta, com impressão em policromia/serigrafia na frente e na costa, nas cores preta, branca, azul, amarelo, verde e/ou vermelho.	2.000 un.	13,00	26.000,00
15	Camisa em malha PV (poliéster-viscose), com gola careca com acabamento em ribana 30.1, manga curta, com impressão em policromia/serigrafia na frente e na costa, nas cores preta, branca, azul, amarelo, verde e/ou vermelho.	500 un.	13,50	6.750,00
Valor Total R\$				80.825,00

PARÁGRAFO ÚNICO – Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS –

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do fornecimento/prestação ou bens registrados, cabendo ao TJPA promover as negociações junto à EMPRESA, observadas as disposições contidas na alínea “d”, do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº. 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TJPA convocará a EMPRESA para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se a EMPRESA não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ordem de classificação das empresas que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e a EMPRESA não puder cumprir o compromisso, o TJPA poderá:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

I – liberar a EMPRESA do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de entrega dos bens/materiais, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II – convocar as demais empresas para assegurar igual oportunidade de negociação.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso de solicitação de revisão de preços a requerimento da empresa, esta deverá efetuar a emenda em momento anterior ao pedido de entrega/prestação efetuado pelo TJPA, e dentro do prazo de validade da ata.

PARÁGRAFO SEXTO – Não havendo êxito nas negociações, o TJPA deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O registro da EMPRESA será cancelado quando:

I – descumprir as condições da ata de registro de preços;

II – não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pelo TJPA, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticado no mercado; ou

IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº. 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002.

PARÁGRAFO OITAVO – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do parágrafo anterior será formalizado por despacho do TJPA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO NONO – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

I – por razão de interesse público; ou

II – a pedido da EMPRESA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO – O pagamento será efetuado de acordo com a nota fiscal de serviços/fornecimento, com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do atesto da execução dos serviços na nota fiscal, após verificada a conformidade da execução e documentação respectiva, através de crédito em conta corrente no **Banco Banpará, Agência 025, conta corrente nº 255149-7**, mediante a apresentação de fatura emitida pela EMPRESA em correspondência ao objeto executado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A nota fiscal ou fatura deverá vir acompanhada obrigatoriamente dos comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, demonstrada através de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e ao site da Justiça do Trabalho competente ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº. 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Poderá o TJPA descontar o valor correspondente aos danos a que a EMPRESA der causa das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O TJPA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela EMPRESA, nos termos desta ata.

PARÁGRAFO QUARTO – Nenhum pagamento isentará a EMPRESA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do material/equipamento.

PARÁGRAFO QUINTO – Para efeito de pagamento, o TJPA procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO SEXTO – No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a EMPRESA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo TJPA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA – São obrigações da EMPRESA além das previstas nesta ata de registro de preços, a seguir especificadas, as demais previstas no edital e no termo de referência:

I – Executar fielmente o objeto da presente ata de registro de preços, obedecendo rigorosamente às exigências e especificações contidas no termo de referência, Anexo I do edital, que é parte integrante desta ata.

II – Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo TJPA, substituindo imediatamente os objetos não aprovados pela fiscalização.

III – Comunicar ao TJPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a vigência da ata e fornecimento dos bens/materiais;

IV – Manter durante a vigência da ata de registro de preços as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital convocatório apresentando, sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

V – Acatar todas as exigências do TJPA, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

VI – Atender às especificações contidas nesta ata de registro de preços, no edital convocatório, no termo de referência e na sua proposta, às quais a EMPRESA fica vinculada.

VII – Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, sujeitando-se às penas e às multas estabelecidas no edital e nesta ata, além da aplicação daquelas previstas na Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, sem prejuízos das demais.

VIII – Assumir, por sua conta exclusiva, todos os custos e encargos resultantes do fornecimento objeto desta ata de registro de preços, inclusive impostos, taxas, fretes, emolumentos e suas majorações, incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto registrado.

IX – Em nenhuma hipótese poderá a EMPRESA veicular publicidade acerca do objeto da presente ata de registro de preços.

X – A EMPRESA se sujeita às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº. 8.078/1990.

XI – A EMPRESA não poderá possuir em seu quadro de sócios e empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de desembargadores e juízes vinculados ao TJPA, bem como de ocupantes de cargos de direção e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

assessoramento, conforme art. 3º da Resolução nº. 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

XIV – Cumprir as demais obrigações constantes do termo de referência, que é parte integrante desta ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO TJPA – São obrigações do TJPA, além das demais previstas nesta ata de registro de preços e nos anexos que integram e complementam o edital convocatório:

I -- Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas na forma e prazo estabelecidos.

II -- Observar para que, durante a vigência da ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

III -- Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

IV -- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da EMPRESA.

V -- Comunicar à EMPRESA quaisquer irregularidades no objeto desta ata, objetivando a imediata reparação ou substituição dos produtos.

VI -- Atestar a entrega e a aceitação dos bens/materiais fornecidos, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações do termo de referência, por meio de notificação à detentora do preço registrado.

VII -- Acompanhar e fiscalizar o fornecimento, anotando em registro próprio os defeitos detectados na prestação e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam correção por parte da EMPRESA.

VIII – Cumprir as demais obrigações constantes do edital e do termo de referência.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO – O acompanhamento e a fiscalização Ata de Registro de Preços ficarão sob a responsabilidade da servidora **Jandira Pires**, da Divisão de Serviços Gerais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O TJPA promoverá o acompanhamento e fiscalização do objeto desta ata, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fiscalização pelo TJPA não exclui nem reduz a responsabilidade da EMPRESA por quaisquer irregularidades no fornecimento, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES – Ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Pará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no edital, nesta ata de registro de preços e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/1993, garantido o direito à ampla e prévia defesa, a EMPRESA que:

- a) convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, não retirar a nota de empenho ou a ordem de autorização;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto desta ata;
- e) não manter a proposta, injustificadamente;
- f) falhar ou fraudar na execução do objeto desta ata;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Pelo atraso na execução no fornecimento, pela inexecução total ou parcial do objeto desta ata de registro de preços, pelo não atendimento às especificações contidas no termo de referência (Anexo I), e descumprimento de qualquer obrigação prevista no edital, nesta ata e nos instrumentos afins, o TJPA poderá aplicar à EMPRESA as seguintes sanções, além das previstas no *caput* desta cláusula, garantida a ampla e prévia defesa:

- a) advertência;
- b) multa, nos termos descritos no parágrafo quarto;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As sanções previstas no *caput* desta cláusula e nas alíneas *a* e *c* do parágrafo primeiro poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea *b* do parágrafo primeiro, facultada a defesa prévia da EMPRESA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a EMPRESA foi oficialmente comunicada, salvo para a sanção estabelecida na alínea *c* do parágrafo primeiro, cuja defesa deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias, contado da abertura de vista.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a EMPRESA descumprir qualquer obrigação, e será expedida pela Presidência do TJPA.

PARÁGRAFO QUARTO – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à EMPRESA pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta ata, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado desde o primeiro dia de atraso sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor total desta ata, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nas alíneas *a* e *b* deste subitem;
- d) Até 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada da adjudicatária em assinar a ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total de entrega do pedido, ou rescisão da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; sem prejuízo da aplicação do disposto nas alíneas *a*, *b* e *c* deste subitem.
- e) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula desta ata ou do termo de referência, exceto prazo de entrega e casos previstos nas alíneas anteriores.

PARÁGRAFO QUINTO – A multa será formalizada por termo de aplicação de penalidade e será executada após regular processo administrativo, garantida à EMPRESA o direito de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos dos §§2º e 3º do art. 86 da Lei nº. 8.666/1993, na seguinte ordem:

- a) mediante desconto no valor das parcelas devidas à EMPRESA; e
- b) mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

PARÁGRAFO SEXTO – Se preferir, poderá a EMPRESA efetuar o pagamento ou autorizar expressamente o desconto do valor da multa aplicada dos pagamentos pendentes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO SÉTIMO – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega do objeto, se dia de expediente normal no TJPA, ou no primeiro dia útil seguinte.

PARÁGRAFO OITAVO – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado o atraso não superior a 05 (cinco) dias.

PARÁGRAFO NONO – O TJPA poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

a) Para fins de aplicação deste parágrafo, será considerado irrisório valor igual ou inferior a 2% (dois por cento) do previsto no art. 24, II da Lei nº 8.666/1993.

b) Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.

c) Para determinar a reincidência no descumprimento do ajuste, serão considerados os antecedentes da EMPRESA nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.

d) Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e a ata de registro de preços poderão ser rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que deverá ser penalizado na forma da alínea *b* do parágrafo quarto.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A sanção pecuniária prevista na alínea *e* do parágrafo quarto não se aplica nas hipóteses de rescisão que não ensejam penalidades.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A sanção de impedimento prevista no *caput* desta cláusula será aplicada de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 01 (um) ano, quando a licitante vencedora convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, retirar a nota de empenho ou a ordem de autorização (*caput*, alínea *a*); deixar de entregar a documentação exigida para o certame (*caput*, alínea *b*); ou não mantiver sua proposta, injustificadamente (*caput*, alínea *e*);

b) de 01 (um) a 02 (dois) anos, quando a EMPRESA ensejar o retardamento da execução do objeto desta ata de registro de preços, devendo ser considerados os prejuízos causados à Administração (*caput*, alínea *d*);

c) de até 02 (dois) anos, quando a EMPRESA falhar na execução do objeto desta ata de registro de preços (*caput*, alínea *f*);

d) de até 05 (cinco) anos, quando a EMPRESA apresentar documento falso ou fizer declaração falsa (*caput*, alínea *c*); fraudar na execução do objeto desta ata de registro de preços (*caput*, alínea *f*); comportar-se de modo inidôneo (*caput*, alínea *g*); ou cometer fraude fiscal (*caput*, alínea *h*).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a EMPRESA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de impedimento aplicada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A declaração de inidoneidade, sua extinção e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinados ou vinculados à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº. 8.666/1993.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Assegurado o direito à ampla e prévia defesa e ao contraditório, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e obrigatoriamente registrada no SICAF devendo constar:

- a) a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- b) o prazo do impedimento para licitar e contratar ou da declaração de inidoneidade;
- c) o fundamento legal da sanção aplicada;
- d) o nome ou a razão social da empresa punida, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal (CPF/CNPJ).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – As sanções serão aplicadas pela Presidência do TJPA, à vista dos motivos informados na instrução processual.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – É facultado à EMPRESA interpor recurso contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento (suspensão temporária) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Da declaração de inidoneidade aplicada caberá pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a penalidade, que deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES – Esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade autárquica e fundacional que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do TJPA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As demais entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata, deverão consultar o TJPA para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá à EMPRESA, beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições aqui estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o TJPA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As contratações adicionais a que se refere esta cláusula não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos do fornecimento registrado nesta ata para o TJPA.

PARÁGRAFO QUARTO – O quantitativo decorrente das adesões a esta ata não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado nesta ata para o TJPA, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

PARÁGRAFO QUINTO – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

PARÁGRAFO SEXTO – Após autorização do TJPA, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta ata.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO SÉTIMO – Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela EMPRESA das obrigações assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao TJPA.

PARÁGRAFO OITAVO – É facultada aos órgãos e entidades municipais, distritais ou de outros Estados a adesão a esta ata, devendo-se dar prioridade aos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO – O TJPA será o órgão responsável pelos atos de controle e administração desta ata de registro de preços e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, as empresas para os quais serão emitidos os pedidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O gerenciamento das obrigações contratuais objeto desta ata será efetuado pelo setor do TJPA, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TJPA, toda e qualquer ação de orientação geral e acompanhamento na execução do fornecimento objeto da presente ata.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A convocação das empresas pelo TJPA será formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A EMPRESA convocada na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho e a ordem de autorização, ou não cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata de registro de preços, estará sujeita às sanções previstas no edital e neste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando comprovada uma dessas hipóteses, o TJPA poderá indicar a próxima EMPRESA a ser destinado o pedido, na ordem de classificação, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes da contratação objeto desta ata correrão à conta de recursos consignados no orçamento do TJPA para os exercícios alcançados pelo prazo de vigência da ata de registro de preços, a cargo do TJPA, tomadas as cautelas de realização de empenho prévio a cada demanda para execução do objeto da presente ata, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão na respectiva nota de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS – Será incluído nesta ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os preços iguais aos da licitante vencedora na ordem de classificação do certame.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A condição estabelecida no *caput* desta cláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Integram esta ata: o edital do Pregão Eletrônico nº 056/TJPA/2016, o termo de referência e a proposta da empresa classificada em primeiro lugar no supracitado certame.

PARÁGRAFO QUARTO – O prazo para assinatura desta ata será de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento oficial de convocação.

PARÁGRAFO QUINTO – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 876/2013, da Lei nº. 8.078/1993 e da Portaria nº. 5.132/2013 do Gabinete da Presidência do TJPA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO SEXTO – O resumo da ata de registro de preços será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará no prazo de até 10 (dez) dias, contados da sua assinatura, condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO – As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Belém, Capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belém, 15 de dezembro de 2016.


ANIBAL CORRÊA PINHEIRO
Secretário de Administração


LEANDRO DA CRUZ ESTUMANO
Leandro da Cruz Estumano - ME

Testemunhas:

Nome: Juliana Mello
CPF nº. 024.382.424-69

Nome: Max Lima
CPF nº. 004.054.412-58



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Este certame tem por objeto a aquisição de uniformes, por empresa especializada, para atender as demandas de diversas unidades deste Tribunal de Justiça, pelo período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA

Dada a constante demanda pela aquisição de uniformes diversos, em função de atividades desenvolvidas neste Tribunal de Justiça, como a utilização por prestadores de serviços oriundos dos convênios como os menores infratores e as reeducandas, pelas vestimentas formais dos Plenários, Tribunais de Júri, Agentes de Proteção da Infância e Juventude e, por outros ora não previstos, torna-se necessária a viabilização desses uniformes, através de Ata de Registro de Preços, firmada com empresa especializada, através de regular processo licitatório, prestando o serviço com qualidade, presteza e em tempo hábil, evitando-se, desta forma, as frequentes aquisições diretas.

Cabe justificar, que o Registro de Preços será em Lote Único, por serem itens da mesma natureza, evitando, assim, a diversidade de fornecedores, diminuindo o custo administrativo no gerenciamento de um único fornecedor, garantindo maior eficiência pelo gerenciamento de um único contrato e ganhando através da economia de escala.



3. ESPECIFICAÇÃO

Os uniformes a serem adquiridos obedecerão às especificações abaixo:

Lote	Descrição	Qtd. Estimada	Valor Unitário	Valor Total
01	Conjunto masculino de terno com três botões e calça com bolso, fabricado em tecido microfibra de seda, nas cores azul marinho, preta e/ou cinza.	05 un.	R\$ 350,00	R\$ 1.750,00
02	Camisa social masculina, em tecido microfibra de seda, com manga longa, bolso bordado com o brasão do TJPA e Texto, nas cores azul claro, branca e/ou cáqui.	50 un.	R\$ 115,00	R\$ 5.750,00
03	Calça social masculina em Oxford, com bolsos na costa e na frente, nas cores preta e/ou azul marinho.	25 un.	R\$ 110,00	R\$ 2.750,00
04	Camisa social feminina em tecido microfibra de seda, com manga longa e/ou $\frac{3}{4}$, com bolso bordado com o brasão do TJPA e Texto. Cor a definir.	20 un.	R\$ 110,00	R\$ 2.200,00
05	Calça social feminina em Oxford com elastano, com bolsos na costa e na frente, nas cores preta e/ou azul marinho.	10 un.	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

06	Conjunto social feminino, composto de blazer manga longa em microfibra de seda, calça e/ou saia social em Oxford com elastano, bolsos, duas camisas sociais com manga longa em microfibra de seda, bolso bordado com o brasão do TJPA e Texto. Cor a definir.	05 un.	R\$ 260,00	R\$ 1.300,00
07	Conjunto social masculino, composto de blazer manga longa em microfibra de seda, calça social em Oxford, com bolsos, duas camisas sociais com manga longa em microfibra de seda, bolso bordado com o brasão do TJPA e Texto. Cor a definir.	05 un.	R\$ 300,00	R\$ 1.500,00
08	Jaqueta sem manga em terbrim, na cor preta e/ou azul marinho, com impressão em serigrafia/policromia, na frente e na costa, duas listras nos ombros, com bolsos, fechamento com zíper, na parte da frente. 	200 un.	R\$ 100,00	R\$ 20.000,00
09	Jaleco ou bata em tecido microfibra leve, manga longa e/ou ¾, com dois bolsos situados às laterais, um bolso à altura do peito, bordado com o nome do servidor e o brasão do TJPA. Cor a definir.	05 un.	R\$ 55,00	R\$ 275,00
10	Veste talar tipo Pelerine, gola estilo padre com torçal nas cores branca, azul e/ou vermelho, fechamento com botão de pressão, comprimento na altura da cintura, em cetim de seda, em formato godê, na cor preta. 	25 un.	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00

Ú
N
I
C
O



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

11	Veste talar tipo Pelerine, gola redonda com torçal nas cores branca, azul e/ou vermelho, com manga ¾ e capa sobreposta em formato godê, na altura da cintura, sem fechamento, em tecido oxford, na cor preta, com brasão do TJPA e Texto bordado na altura do peito. 	25 un.	R\$ 240,00	R\$ 6.000,00
12	Toga confeccionada em cetim italiano ou similar, na cor preta, com manga longa e manga curta sobreposta, pala com cordão e pingente.	05 un.	R\$ 300,00	R\$ 1.500,00
13	Camisa polo com manga curta, em malha Piquet, nas cores preta e/ou cáqui, com o brasão do TJPA bordado na altura do peito.	30 un.	R\$ 35,00	R\$ 1.050,00
14	Camisa em malha de algodão fio 30.1, com gola careca com acabamento em ribana 30.1, manga curta, com impressão em policromia/serigrafia na frente e na costa, nas cores preta, branca, azul, amarelo, verde e/ou vermelho.	2.000 un.	R\$ 13,50	R\$ 27.000,00
15	Camisa em malha PV (poliéster-viscose), com gola careca com acabamento em ribana 30.1, manga curta, com impressão em policromia/serigrafia na frente e na costa, nas cores preta, branca, azul, amarelo, verde e/ou vermelho.	500 un.	R\$ 15,00	R\$ 7.500,00
Valor Total do Lote				R\$ 82.575,00

4. AMOSTRAS

4.1. Dentro do Processo Licitatório, na fase de Aceitabilidade da Proposta, a licitante deverá:

4.1.1. Apresentar **AMOSTRA** dos tecidos para os itens 10, 11, 12, 14 e 15;

4.2. O pregoeiro solicitará à licitante, sob pena de desclassificação, as **AMOSTRAS** a serem entregues no prazo máximo e improrrogável de **03 (três) dias úteis**, a contar da suspensão deste certame, para **avaliação e aprovação** pelo setor solicitante;

4.3. As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas e com suas especificações;

4.4. Caso as amostras da melhor proposta sejam reprovadas, será convocada para apresentação a segunda melhor proposta e, assim sucessivamente;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

4.5. As amostras aprovadas permanecerão em poder deste Tribunal de Justiça, com vistas à avaliação da conformidade entre as aprovadas e o material efetivamente entregue;

4.6. Será feita a devolução das amostras à empresa ao término da vigência da ARP.

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA DO PRODUTO

5.1. O produto deverá ser entregue conforme a demanda de pedidos encaminhada pela DSG;

5.2. O produto deverá obedecer às especificações contidas no item nº 03, e modelo apresentado pela unidade solicitante e repassado para a empresa, quando for o caso;

5.3. No ato da entrega, o produto deverá ser submetido a análise e aceite da unidade solicitante,

5.4. Os tamanhos dos produtos deverão obedecer aos adotados no Brasil para jovens e adultos, sendo de PP a GG, buscando sempre o ajuste pessoal conforme a compleição física de cada usuário e conforme a necessidade;

5.5. As cores serão definidas por ocasião do pedido, conforme as peculiaridades de cada solicitação/demanda;

5.6. A empresa contratada deverá ser local ou ter representação fixa na cidade de Belém, em função da necessidade de pronto atendimento, para tirar as medidas que fujam ao padrão de tamanho, bem como para realizar as provas e ajustes necessários, no período de expediente deste Tribunal de Justiça.

6. DA GARANTIA DO SERVIÇO

6.1. A contratada deverá prestar garantia para o produto, por um período de até noventa dias, a contar do recebimento definitivo;

6.2. Durante o período da garantia, a contratada, independentemente de ser ou não o fabricante do objeto, obriga-se a efetuar, sem ônus para o contratante, o reparo ou a substituição de toda e qualquer peça que apresentar irregularidades e/ou defeitos de fabricação;

6.3. O pedido de substituição ou reparo, durante o período de garantia, será formalizado por telefone, fax, e-mail ou outro meio hábil de comunicação;

6.4. Eventuais consertos, ajustes ou substituições dos produtos deverão ocorrer no prazo máximo de *05 (cinco) dias corridos*, a contar da solicitação, sem ônus adicional para o Tribunal;

6.5. Todas as peças substituídas deverão apresentar padrões de qualidade iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do objeto, sempre novas e de primeiro uso, não podendo ser recondicionadas.

7. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO SERVIÇO

7.1. O local de entrega será no Edifício Sede - Prédio Lauro Sodré - Av. Almirante Barroso n.º 3089, Bairro Souza, Belém/Pará, no horário de 08h00min as 14h00min;

7.2. O prazo de entrega será de até 20 (vinte) dias úteis, a contar do envio a empresa da Nota de Empenho e "ordem de autorização de serviço", com os quantitativos e tamanhos necessários, assim como a arte;

7.3. Em caso de superveniência, a empresa poderá solicitar dilatação do prazo, formalmente, ao Departamento de Patrimônio e Serviços, o qual será submetido à análise;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

7.4. O recebimento do produto pela DSG, não significa a aceitação cabal, pois isso só ocorrerá após certificação e aceitação do produto, pelo setor demandante.

8. RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DO PREÇO REGISTRADO

8.1. Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a entrega do produto;

8.2. Entregar o objeto nas quantidades e prazos acordados, de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência e do Edital do processo licitatório;

8.3. Comunicar ao TJPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada a entrega do produto;

8.4. Manter, durante a vigência da ARP, as condições de habilitação (Art. 28/Lei 8.666/93) e qualificação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal (Art. 29/Lei 8.666/93), jurídica, técnica e econômica;

8.5. Acatar todas as exigências do TJPA, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

8.6. Substituir os produtos, que, porventura, sejam entregues com qualquer defeito que inviabilize o seu uso, sem ônus para o TJPA;

8.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas na ARP, sem a prévia autorização por escrito do TJPA;

8.8. Todos os itens a serem confeccionados deverão manter um padrão mínimo de qualidade;

8.9. A empresa deverá realizar todo e qualquer ajuste (bainha, botão, cós, etc.) nos uniformes quando houver necessidade, sem ônus para o TJPA;

8.10. Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) material(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

8.11. Fica a cargo da contratada toda mão de obra necessária para o transporte e entrega dos materiais.

9. RESPONSABILIDADES DO TJPA

9.1. Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes do Termo de Referência;

9.2. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido neste Termo;

9.3. Notificar a detentora do Preço Registrado, por escrito, sobre imperfeições ou falhas na prestação do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

9.4. Receber os produtos no local e horário citado no item 7.1;

9.5. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela detentora do Preço Registrado;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

9.6. Verificar a regularidade da detentora do Preço Registrado, perante o FGTS e em face das contribuições administradas devidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e das inscrições em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), antes de cada pagamento.

10. DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial e pelo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste Termo serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório.

11. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração será adotado o critério do *menor orçamento global*, considerando as especificações do presente Termo;

11.2. Apresentar um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já entregou, a contento, objeto compatível com o da presente licitação;

11.3. A critério da Administração do Tribunal será realizada visita às instalações da licitante a fim de comprovar se a mesma apresenta capacidade operacional para atender as exigências deste certame.

12. FISCALIZAÇÃO

12.1. A Fiscalização acompanhará a execução dos serviços, bem como anotar e enquadrará as infrações constatadas;

12.2. A Fiscalização deverá, quando julgá-las corretas, atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) e emitir vistos nos demais documentos apresentados pela detentora da ARP;

12.3. O fiscal terá livre acesso ao local onde o serviço será prestado;

12.4. A Fiscalização será exercida pela servidora Jandira Pires, matrícula 67180, da Divisão de Serviços Gerais deste TJPA.

13. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS PARA PAGAMENTO

13.1. Será emitida a Nota de Empenho referente à demanda solicitada, onde a empresa tem até 15 (quinze) dias para a entrega do produto, conforme item 7.2 deste Termo;

13.2. A Nota Fiscal será atestada pela DSG, após o recebimento definitivo do item solicitado;

13.2. A Nota Fiscal atestada será encaminhada à Divisão Financeira para os procedimentos de pagamento, o qual ocorrerá em até 30 dias.

Belém/PA, agosto de 2016.

Jandira Pires
Analista Judiciário
Matrícula 67180

conhecido como "Mangueirinho", localizado na Rodovia Augusto Montenegro, s/n, Município de Belém - PA.
DATA DA ASSINATURA: 22/11/2016
RESPONSÁVELS: ADENAUER MARINHO DE OLIVEIRA GÓES E RENILCE C. DO E. S. N. LOBO

Protocolo: 132282

DEFENSORIA PÚBLICA

DEFENSORIA PÚBLICA

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº. 2046/16 - DP G EM, 16/12/16

Concede 30 dias de Licença Prêmio a ANTONIO AUGUSTO SOARES DE OLIVEIRA, matrícula 57201147, do triênio 2011/2014, de 09/01/2017 a 07/02/2017.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública Geral

Protocolo: 132340

PORTARIA Nº. 2047/16 - DP G EM, 16/12/16

Concede 30 dias de Licença Prêmio a MARINA GOMES NORONHA SANTOS, matrícula 5896002, do triênio 2010/2013, de 09/01/2017 a 07/02/2017.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES-Defensora Pública Geral

Protocolo: 132341

PORTARIA Nº. 2044/16 - DP G EM, 16/12/16

Concede 30 dias de Licença Prêmio a MARIANA STHEL FRANCISQUETO, matrícula 57201223, do triênio 2008/2011, de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES-Defensora Pública Geral

Protocolo: 132337

PORTARIA Nº. 2045/16 - DP G EM, 16/12/16

Concede Licença Prêmio a EVERALDO DOS SANTOS REIS, matrícula n.º 5900079, do triênio 2012/2015, de 09/01/2017 a 07/02/2017.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES-Defensora Pública Geral

Protocolo: 132338

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº. 2043/16 DP-G BELÉM, 16/12/16

Conceder licença para tratamento de Saúde a LUDMILA CARDOSO LOBAO DIAS, matrícula 55588721, de 04/11/16 a 11/12/16.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES-Defensora Pública Geral

Protocolo: 132335

PORTARIA Nº. 2041/16 DP-G BELÉM, 16/12/16

Conceder licença para tratamento de Saúde a DAIANÉ LIMA DOS SANTOS, matrícula 5861144, de 12/09/16 a 29/09/16.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES-Defensora Pública Geral

Protocolo: 132320

PORTARIA Nº. 2042/16 DP-G BELÉM, 16/12/16

Concede licença para tratamento de Saúde a ROSANA MARIA FREITAS DE LEMOS, matrícula 55588059, de 17/11/16 a 05/12/16.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES-Defensora Pública Geral

Protocolo: 132321

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/TJPA/2016

Acolho o julgamento do Pregoeiro em relação ao Pregão Eletrônico nº 067/TJPA/2016 (Objeto: A LEITURA- CADERNO DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO PARÁ, Volume 8 - número 13,

novembro/2014. Tiragem de 300 exemplar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, homologando a presente licitação, para os devidos fins. Todas as informações a respeito do certame estão disponíveis em www.comprasgovernamentais.gov.br Belém, 22/12/2016. Secretaria de Administração do TJPA.

Protocolo: 132349

OUTRAS MATÉRIAS

Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 040/2016/TJPA - Pregão 062/2016/TJPA// Objeto: registro de preços para eventual aquisição de uniformes, por empresa especializada, para atender as demandas de diversas unidades deste Tribunal de Justiça // Empresa: LEANDRO DA CRUZ ESTUAMANO - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.498.235/0001-05, com sede na cidade de Ananindeua, Estado do Pará, à Travessa Dois de Março, nº 96, Conjunto Joãozinho Barbalho, bairro Águas Brancas, Cep.: 67.033-340, fone: (91) 98061-3977, e-mail: lecomercioservicos@hotmail.com// Vigência da Ata: 15/12/2016 - 15/12/2017// Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 02.122.1421.8193, 02.122.1421.8194 e 02.122.1421.8195; Natureza da Despesa: 339030; Fonte de Recursos: 0118// Data da assinatura: 15/12/2016// Responsável pela assinatura: Anibal Corrêa Pinheiro - Secretário de Administração // Ordenador Responsável: Maria de Nazaré Rendeiro Saleme.

Protocolo: 130881

Termo de Re-Ratificação ao 17º Termo Aditivo ao Contrato nº. 099.2011 - TJPA. Partes: TJPA e Criar Serviços de Terceirização de Mão-de-obra Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.783.832/0001-70// Objeto: retificação da redação da Cláusula Segunda, que passa a ter a seguinte redação: Fica prorrogado o prazo de vigência em 180 dias, com início em 01 de dezembro de 2016 e término em 29 de maio de 2017. PARÁGRAFO ÚNICO - No caso da homologação de processo licitatório, o presente termo aditivo poderá ser rescindido antecipadamente, após devidamente notificada a CONTRATADA.// Ratificação: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas deste Contrato e do 17º Termo Aditivo // Foro: Belém.//Data da Assinatura: 15/12/2016//Responsável pela assinatura: Anibal Corrêa Pinheiro - Secretário de Administração.

Protocolo: 130883

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 1266/2016 - TCM, DE 28/11/2016

Nome: AFONSO RAIOL NOBRE, ANA CRISTINA SANTOS SODRE, ADAHIR SOUZA DOS SANTOS, ADRIANA SALES REDIG, ALESSANDRA BRASIL DA SILVA, ANA CLAUDIA DUARTE DAS NEVES, ANA ROSA FIGUEIREDO MARTINS, ANTONIO JOSE FERREIRA CARRALAS, ANTONIO SANTANA R. DA COSTA JUNIOR, ANTONIO SEVERINO FILHO, CLAUDIA MARCIA RODRIGUES FORTES, EDMILSON DE JESUS FARIAS REGO, ELIZETE DE BRITO NUNES, GISELE BAPTISTA HIMERCIRO PINGARILHO, HEYDER ABAS PALHETA, IDINEIDE MARIA DOURADO GONCALVES, IRANILDO FERREIRA PEREIRA, JORGE ANTONIO CAJANGO PEREIRA, JOSE FERNANDES MESQUITA DE FRANCA, JULIANA ANDREA BATISTA DANTAS, LEONARDO RAFAEL FERNANDES, LIA SELMA PONTES DIAS, LIRLEY BRITO SOUZA TEIXEIRA, LUIS ANTONIO FERREIRA DE SOUZA, LUIZ ELOI RODRIGUES ALVES, LUZIA RÊNILDA ABREU DE OLIVEIRA, LUZINETE DE LIMA SOLON, MABEL MENDONÇA GRISOLIA, MARCELO DA MOTA BARATO, MARIA CLARA DEMETRIO GAIA, MARLECY COELI DA COSTA SANTOS, MARLEY GOMES ARAUJO, MARIA CRISTINA PINHEIRO RODRIGUES, MARIA DO ROSARIO DE FATIMA SILVA, MARIO LUIZ DO CARMO REIS, MICHELE SILVA SAMPAIO, NEWTON CARMO DA ROCHA, OLAVO DE OLIVEIRA, PAULO DOURADO DE ALBUQUERQUE, PRISCILLA DIAS TOSTES DA COSTA, RAIMUNDO HAROLDO LIRA DA SILVA, RAIMUNDO WASHINGTON DOS S. DE OLIVEIRA, RANYERE WELLINGTON MARTINS GADIELHA, REGINA LUCIA CARDOSO DE MORAES, RENATO LOBATO NAZARE, RODRIGO CABRAL GONCALVES, RUBENS ARMANDO MARQUES DA SILVA, SILVIA MIRALHA DE ARAUJO RIBEIRO, WELLINGTON MELO DE FRANCA, YUKIKO IWASHITA e ZANIA CASTRO LOPES ALBUQUERQUE MATOS.

Assunto: Férias

PORTARIA Nº 1280/2016 - TCM, DE 30/11/2016

Nome: HILDA MARIA FIGUEIREDO DE ARAUJO
Assunto: Prorrogar por 90 (noventa) dias a Licença Saúde concedida pela PORTARIA Nº 1117/2016 - TCM, de 20/05/16.

Período: 30/09 a 29/12/2016

PORTARIA Nº 1287/2016 - TCM, DE 01/12/2016

Nome: CARLOS AUGUSTO GOMES PINHEIRO
Assunto: Autorizar o afastamento previsto no art. 112, § 4º, de Lei nº 5.810/94 e art. 323 da Constituição Estadual. A contar de 01/12/2016.

PORTARIA Nº 1290/2016 - TCM, DE 01/12/2016

Nome: MARINICE PUREZA GOMES
Assunto: Responder pela Chefia de Gabinete deste Tribunal, durante o impedimento da titular.

Período: 01 a 30/12/2016

PORTARIA Nº 1305/2016 - TCM, DE 07/12/2016

Nome: ANTONIA DANIELA GOMES LEITE ATHAYDE
Assunto: Retificar a PORTARIA Nº 1099/2016 - TCM, de 13/08/14, que averbou o tempo de contribuição prestado à Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão, quanto ao seu tempo, passando a ser no total de 05 (seis) anos, 04 (quatro) meses e 01 (um) dia, devendo ser considerado para todos os efeitos legais.

PORTARIA Nº 1306/2016 - TCM, DE 07/12/2016

Nome: MAURICIO GIL CASTELO BRANCO
Assunto: Averbando o tempo de contribuição prestado ao Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB, no total de 06 (seis) meses e 04 (quatro) dias, devendo ser considerado para todos os efeitos legais.

PORTARIA Nº 1307/2016 - TCM, DE 07/12/2016

Nome: LUCIA DE FATIMA ALMEIDA
Assunto: Prorrogar por 119 (cento e dezanove) dias a Licença Saúde, concedida pela PORTARIA Nº 1239/2015, de 11/11/2016.

Período: 03/11/2016 a 01/03/2017.

PORTARIA Nº 1313/2016 - TCM, DE 13/12/2016

Nome: ROSANGELA DO SOCORRO OLIVEIRA DAHER
Assunto: Autorizar o afastamento das suas atividades, por motivo de doença.

Período: 07 a 21/11/2016

PORTARIA Nº 1315/2016 - TCM, DE 13/12/2016

Nome: MARIA HELENA DE SOUZA BARREIROS
Assunto: Auxílio - doença.

PORTARIA Nº 1317/2016 - TCM, DE 13/12/2016

Nome: ARTURO MIGUEL LAGES GONCALVES
Assunto: Designar para exercer a Função Gratificada de Assessor de Gabinete - TCM.FG.NS.5.

A contar de 01/12/2016.

PORTARIA Nº 1318/2016 - TCM, DE 13/12/2016

Nome: ARTURO MIGUEL LAGES GONCALVES
Assunto: Regime Especial de Trabalho

A contar de 01/12/2016.

PORTARIA Nº 1319/2016 - TCM, DE 14/12/2016

Nome: ELIZANGELA MARIA BATISTA DE SOUSA
Assunto: Férias.

Período: 09/01 a 07/02/2017; P.A. 2015/2015.

PORTARIA Nº 1320/2016 - TCM, DE 14/12/2016

Nome: ROSA MARCELINA COSTA DA SILVA
Assunto: Licença-prêmio, referente ao saldo do triênio 2004/2007.

Período: 09/01 a 07/02/2017

PORTARIA Nº 1321/2016 - TCM, DE 14/12/2016

Nome: ROSA MARCELINA COSTA DA SILVA
Assunto: Conceder 60 (sessenta) dias de Licença-prêmio, referentes ao triênio 2013/2015, que poderão ser usufruídos parceladamente ou integralmente.

PORTARIA Nº 1323/2016 - TCM, DE 14/12/2016

Nome: FLAVIO ABDON FERREIRA RIBEIRO
Assunto: Licença-prêmio, referente ao saldo do triênio 1989/1992.

Período: 09/01 a 07/02/2017

PORTARIA Nº 1329/2016 - TCM, DE 16/12/2016

Nome: LUCINEIDE FERREIRA CARDOSO
Assunto: Férias.

Período: 09/01 a 07/02/2017; P.A. 2015/2017

PORTARIA Nº 1331/2016 - TCM, DE 16/12/2016

Nome: JOSE FERNANDES MESQUITA DE FRANCA
Assunto: Licença-prêmio, referente a parte do triênio 2013/2016.

Período: 07/11 a 06/12/2016.

PORTARIA Nº 1332/2016 - TCM, DE 16/12/2016

Nome: OSVALDO ESTUAMANO SANDOVAL JUNIOR
Assunto: Férias

Período: 09/01 a 07/02/2017; PA 2016/2017

PORTARIA Nº 1333/2016 - TCM, DE 16/12/2016

Nome: LUIS AUGUSTO DA SILVA VALENTE
Assunto: Férias

Período: 30/01 a 28/02/2017; PA 2016/2017

Protocolo: 131406